

GT 05 – Elites patronais rurais e agroindustriais, ação coletiva e pensamento crítico

Mar de cana: arrendamento fundiário, memória e identidade social

REIS, Tainá¹

Resumo: O arrendamento fundiário tem sido uma estratégia de expansão de áreas de cultivo canavieiro para muitas usinas no Estado de São Paulo. Como consequência há uma reorganização fundiária nos municípios que cercam essas unidades agroindustriais. O objeto deste trabalho é demonstrar os impactos que esse tipo de organização fundiária tem sobre a memória e identidade de pequenos agricultores. As grandes usinas sucroalcooleiras exploram as terras de pequenos agricultores por meio de contratos de arrendamento, a partir dos quais podem decidir sobre o uso do solo, apesar de não terem sua posse legal. Os pequenos produtores não têm autonomia sobre suas terras. Muitos abandonam suas fazendas e se dirigem às cidades. As casas são derrubadas e toda vida social do campo se reconfigura, estando não mais relacionada aos pequenos agricultores, mas sim à grande produção monocultora de cana de açúcar. A derrubada da infraestrutura das propriedades também influi na memória dos proprietários. Uma vez que a memória necessita de um grupo e de um espaço físico para manter-se viva e como elemento de identidade social, destaca-se que a espoliação econômica da propriedade repercute como uma espoliação da própria memória.

Palavras-chaves: arrendamento fundiário; memória; identidade social

¹ Mestre e doutoranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos. tainareisz@gmail.com

1. Apresentação

O presente trabalho apresenta resultados da pesquisa de mestrado da presente autora, intitulada Propriedade e renda fundiária: configurações contemporâneas do rural paulista. O objetivo da pesquisa foi compreender as atuais relações de arrendamento de terra para a produção canavieira nos municípios São Manuel e Barra Bonita – SP. Ambos os municípios contam com a presença de grandes unidades agroindustriais sucroalcooleiras, que foram determinantes para a reorganização das relações sociais no campo.

Acredita-se que os casos dos municípios de São Manuel e de Barra Bonita podem corroborar para a compreensão de tais questões. O primeiro pelo o que foi relatado por atores locais acerca da expansão do arrendamento (depoimentos coletados na pesquisa de campo de iniciação científica da presente autora), e o segundo pela grande expressão na produção sucroalcooleira do Estado de São Paulo e, sobretudo, por ambos estarem interligados na relação da produção canavieira. Esses municípios se localizam no centro do estado de São Paulo, região que passou por importantes processos relacionados à questão agrária brasileira, como a marcante monocultura latifundiária cafeeira, a posterior modernização da agricultura e a ascensão da cultura canavieira e dos complexos agroindustriais.

Destaca-se que no município de São Manuel grande parte da produção canavieira incorpora a demanda da Usina Raízen, de Barra Bonita. Nos últimos 40 anos o município de Barra Bonita-SP (vizinho de São Manuel) se destacou como um importante polo da produção sucroalcooleira do Brasil, contando com uma Usina que tem a segunda maior capacidade de moagem de cana-de-açúcar do mundo. “A presença de uma grande unidade agroindustrial do setor no município foi fator decisivo nos rumos tomados pela expansão da agricultura regional na segunda metade do século XX” (MARTINS, 2006, p.300). A cultura canavieira correspondia em 2003 a 93% da exploração agrícola do município, e 60% do quadro de funcionários da unidade agroindustrial referida trabalhavam diretamente no plantio/colheita da cana. Além disso, os fornecedores que possuíam área agrícola de até 80 hectares arrendavam suas terras para a Usina (MARTINS, 2006).

A partir dos objetivos da pesquisa, a metodologia utilizada foi de base qualitativa, contando com observação direta e assistemática, e entrevistas de roteiro

semiestruturado. Foi realizada revisão bibliográfica e pesquisa documental. Fez-se levantamento de registros institucionais municipais sobre os usos do solo, identificando os gêneros produzidos e a quantidade e tamanho dos estabelecimentos rurais. No trabalho de campo foram entrevistados pequenos proprietários rurais que arrendam ou já arrendaram - parcial ou integralmente - suas terras para o cultivo canavieiro, e representantes dos principais órgãos rurais municipais.

Apesar de a pesquisa ter gerado diversas conclusões sobre relações de propriedade e renda fundiária, neste artigo serão apresentados dados concernentes à questão da memória e da identidade social dos pequenos proprietários de terra dos municípios em questão. A vida social no campo nos municípios em questão foi fortemente impactada pela presença de grandes usinas sucroalcooleiras, não estando mais relacionada aos pequenos agricultores, mas sim à grande produção monocultora de cana de açúcar.

2. O arrendamento como “saída”

O arrendamento já era uma prática tradicional do setor canavieiro desde meados do século XX, mas se intensificou com o aumento pela demanda de matéria-prima resultante do ganho de produtividade advindo da aplicação de insumos (MARGARIDO, 1986; RAMOS, 1999). Contando com a mão de obra escravocrata e imigrante, e as consequências da crise do café, a organização fundiária se deu, antes em Barra Bonita, e depois em São Manuel, em torno de uma unidade de produção sucroalcooleira. A expansão da produção canavieira se fez dentro das fazendas de café. Dentro das grandes propriedades fundiárias, pequenos produtores, pessoas livres e de classes pobres, pagavam pelo uso do solo por meio do arrendamento (RAMOS, 1999). A queda dos preços de café e a ascensão da cultura do algodão em São Paulo são elementos relevantes no surgimento do arrendamento (CALDEIRA, 1950).

Uma vez que o sentido das transformações capitalistas na agricultura é o ganho da produtividade, para tanto se faz uso de produtos industriais (máquinas, defensivos, etc.). Assim, “o desenvolvimento do capitalismo no campo se faz industrializando a própria agricultura” (GRAZIANO DA SILVA, 1983, p.14). Tal processo é a própria transformação dos complexos rurais em complexos agroindustriais. Uma das formas de organização da produção agropecuária no período de desenvolvimento capitalista da agricultura é o arrendamento (BESKOW, 1986).

Por meio dos dados do LUPA - Levantamento de Unidade de Produção Agrícola, foi possível perceber como este tipo de organização resultou na atual configuração da estrutura fundiária dos municípios em questão. Alguns entrevistados relataram que em gerações anteriores havia outras culturas na propriedade. Mas, por diversas dificuldades, passaram a se dedicar à produção de cana, que era mais lucrativa. Contudo, a crescente demanda pela mecanização, assim como dito pelos entrevistados institucionais, se mostrou como fator limitante para a manutenção da condição de pequeno fornecedor.

E sitiante pequeno é ruim, a gente não tem os maquinários, tem que pagar tudo pra fazer. Então, é difícil o pequeno ir pra frente né. O que tem bastante é diferente né. Então resolvi arrendar, a gente ganha menos mas o moço tá cuidando bem [...]

Paula, 74 anos. Barra Bonita.

Um dos entrevistados apontou que o valor adquirido no arrendamento da terra para usina é usado para cobrir os prejuízos do plantio de milho. Muitos reclamaram das políticas governamentais para o pequeno produtor, da burocracia e das dificuldades para o setor. Seja no caso de plantio de outras culturas, seja na própria produção de cana de açúcar.

Por dificuldades de ordem econômica e técnica, assim como por conta do fator envelhecimento, a atividade agrícola se mostrou dificultosa (seja para outras culturas, seja para o fornecimento de cana de açúcar). Neste caso, o arrendamento se mostrou como a melhor “saída”. Os proprietários, em maioria, relataram que o arrendamento foi uma solução para as dificuldades enfrentadas na manutenção de outros cultivos, como o café ou o milho, por exemplo. Principalmente por conta dos gastos com manutenção de funcionário, cuidados com a plantação, entre outras coisas.

Eu plantava milho, o milho deu certo dois anos, não foi um bom negócio, arrendei pra cana. [...] se fosse o caso que compensasse eu tá fazendo outra coisa, eu não teria arrendado.

Enrique, 64 anos, São Manuel.

Hoje numa propriedade pequena, os commodities, você não consegue plantar, porque ela é pequena e não se justifica você ter um trator pra plantar 10 alqueires. Então as propriedades pequenas hoje você não consegue pagar nem empregado o que ela vai render.

Pedro, 61 anos, São Manuel.

Outro fator de destaque é a própria facilidade do arrendamento. Apesar do pagamento pela cana de plantio próprio que é fornecida ser mais alto, os riscos incluídos na atividade são muitos e seria complicado ter que arcar com o prejuízo de uma safra ruim, por exemplo. Seria, de fato, uma escolha segura de “investimento”.

Contudo, não são apenas questões de ordem material que levaram os proprietários entrevistados ao arrendamento fundiário. A maioria tem uma faixa etária acima dos 50 anos e com a falta de interesse dos herdeiros em manter e administrar as propriedades, o arrendamento se mostrou como uma forma de “*manter o patrimônio de algum jeito*”, conforme o produtor Lucas. Uma pequena produtora, ex-arrendante, disse que “*o arrendamento ajudou muito o pequeno produtor, que não tinha condições de se manter. Mas também tirou o proprietário da sua terra*”.

O problema é que os produtores vão ficando velhos, e ele então não se aventura a criar uma infraestrutura pra ele, precisa comer! Pra ele plantar a laranja, ele precisaria entrar numa linha de crédito, pra 2, 3 anos a renda dar, café também, eucalipto, 6, 7 anos. Então ele acaba insistindo na cana, que é o que ele conhece, que ele trabalha há tantos anos.

Flávio, 64 anos, Barra Bonita.

Fasiaben et al (2011) também observaram características semelhantes às encontradas em São Manuel e Barra Bonita no estudo sobre a região nordeste do estado de São Paulo. Apontaram que apesar de os pequenos produtores terem suas propriedades localizadas em áreas de boa aptidão agrícola, têm enfrentado baixa produtividade. Além disso, observou que os jovens têm sido atraídos pelo mercado de trabalho urbano, abandonando as propriedades rurais. “As unidades deste tipo vêm enfrentando um processo de envelhecimento dos agricultores, obsolescência tecnológica e dos instrumentos de trabalho e descapitalização” (FASIABEN et al, 2011, p.1077). Esse parece ser o mesmo processo pelo qual os municípios em questão se inserem, sendo que o arrendamento surge, então, como uma forma de obter renda da terra.

Foi relatado que por conta da grande demanda regional de cana de açúcar e das dificuldades na manutenção de outros cultivos, a maioria dos produtores passou a se dedicar à produção de cana de açúcar. Essa transição se deu no decorrer dos anos 60 e 70 - justamente período de maior ação do Estado sobre o setor canavieiro, com a política de créditos e outros incentivos. Posteriormente, com a necessidade de mecanização da colheita e do uso de tecnologias mais avançadas, a manutenção de

pequenos fornecedores de cana se tornou mais dificultosa. Por conta disso, e também devido ao envelhecimento dos produtores e da falta de interesse dos herdeiros em manter a produção, o arrendamento das propriedades para as usinas ou para grandes produtores de cana se mostrou como uma “solução”.

3. Espoliação da memória

No caso estudado pequenos proprietários cedem suas terras para uma grande unidade agroindustrial sucroalcooleira, para quem o arrendamento, e não a compra das terras, se torna mais vantajosa. Com a presença quase total de propriedades arrendadas, é rara a existência de pequenos produtores rurais; são, de fato, pequenos proprietários rurais, que há anos sequer moram nas propriedades. Frente às transformações pelas quais o espaço rural tem passado nas últimas décadas, a questão da renda fundiária aparece como um fator a mais, que deve ser considerado.

Por dificuldades de manutenção econômica de outras culturas e principalmente pela grande demanda por cana de açúcar, os produtores municipais se dedicam majoritariamente ao cultivo da cana. Os pequenos produtores que não conseguiram se manter como fornecedores, por fim, arrendaram suas terras para a usina sucroalcooleira local, saindo de suas propriedades e passando a residir nos centros urbanos das cidades ou até mesmo em outras cidades.

Foi visível a predominância da produção canavieira nos municípios estudados. Por meio de relatos de representantes institucionais e atores envolvidos diretamente com as usinas, ficou claro que a maior parte dessas propriedades destinadas ao cultivo de cana de açúcar é fruto de arrendamento. Os arrendatários, neste caso, são majoritariamente as usinas. Assim sendo, são elas as principais atuantes no setor agrícola de São Manuel e Barra Bonita. Mais do que isso, são as usinas quem tem o controle do uso do solo, elas que decidem quando colher, quando plantar, como tratar o solo. Principalmente, pois após o arrendamento em áreas contíguas, as usinas frequentemente derrubam as divisas entre as propriedades, fazendo perder de vista os limites entre uma ou outra propriedade; torna-se tudo uma coisa só.

Se você não tiver bem demarcado ou levantamento do georreferenciamento, você não sabe mais aonde que é a sua propriedade, aonde termina a divisa de um começa a cana de outro. A divisa praticamente é o carreador, e com a utilização do transporte rural grande né, normalmente eles derrubam todas as marcações de

divisas, e com o tempo vai ficando. Então, se você não tiver uma coisa bem delimitada, você não sabe nem onde é sua propriedade mais.
Pedro, 61 anos, São Manuel.

Foi explicitado pelos agrônomos responsáveis pela Casa da Agricultura, tanto de São Manuel quanto de Barra Bonita, que a tecnologia necessária para o mapeamento dos limites das propriedades já arrendadas pertence às usinas. Moraes e Costa (1984, p.154) apontaram que “o controle da tecnologia (...) age como fator de centralização de capitais. Cada vez ficará mais difícil o ingresso de um novo produtor num ramo de produção, pois em muitos deles a produção total é controlada por poucas e poderosas empresas”. A cana é, majoritariamente, plantada, cultivada e colhida pela usina responsável, no caso Usina Raízen ou Usina São Manoel. Toda a tecnologia para esse manejo pertence às usinas. Isso quer dizer que o controle sobre as áreas rurais dos municípios está nas mãos das usinas.

E você não pode perder, um metro de terra que você deixa de produzir, você tá perdendo um metro de terra. Você sabe hoje com computador analisar direitinho os resultados - quanto deu um talhão, quanto deu outro. Tem que fazer uma radiografia do solo, você não pode trabalhar de uma forma primária, empírica! Você tem que ser um profissional, trabalhar com agricultura de precisão, de alta tecnologia. Senão você não produz, entendeu?
Flávio, 64 anos, Barra Bonita.

Apesar de estatisticamente se poder verificar a existência de várias pequenas propriedades rurais, esses estabelecimentos se encontram, em maioria, vazios. Vazios de ocupação e de estrutura, já que na maioria das vezes as casas e outras áreas da fazenda foram derrubadas. Além disso, é indiferenciável na paisagem onde começam e onde terminam as propriedades, já que não há divisão entre elas. A única divisão é aquela onde passam as máquinas do corte da cana. É, literalmente, um mar de cana.

A memória é constituída não só por lembranças individuais, mas por acontecimentos, lugares e pessoas. “O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1992, p. 5). Halbwachs (1990) já apontava que apesar de a memória poder ser individual, é sempre coletiva, uma vez que nunca estamos sós, e no sentido de que todas as experiências são vividas socialmente, em relação com a família, com a escola, com a profissão, com a classe social, em um contexto social. Para o mesmo autor, “nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais buscam sua fonte nos meios e nas circunstâncias sociais definidas” (HALBWACHS, 1990, p.36).

Contando com essas reflexões, defende-se que o tipo de organização social do espaço rural antes da grande expansão canavieira se configura como um quadro social de memória. Isso porque foi a partir do aumento da cultura canavieira e do arrendamento de propriedades para tal que esse tipo de organização se dissolveu. Eram nos espaços das sedes das fazendas, das capelas, dos centros de convivência dos colonos e moradores que se davam as interações sociais. É preciso lembrar que não pode haver memória coletiva desvinculada de um quadro espacial (HALBWACHS, 1990).

Como já exposto, muitas propriedades arrendadas tiveram além da perda do controle das divisas, a destruição de outras estruturas, como sede da fazenda, paiol, terreiro, etc. Os sítios se transformam, de fato, em áreas de simples cultivo de cana. No caso dos municípios estudados, a derrubada das casas tem um significado simbólico que influi diretamente na memória dos indivíduos, uma vez que é a própria perda da base material da memória. A sede da fazenda representava não só uma construção física, mas a organização da vida social em torno daquela construção.

É diferente, hoje o rural tá muito abandonado. Antigamente tinha tudo, torneios, os bailes todo dia, casamentos, e era muito animado. Hoje você vê tudo difícil, tudo as tecnologias...

Flávio, 64 anos, Barra Bonita.

Eu nasci na fazenda. (...) Naquela época, 1957, não tinha luz elétrica! A geladeira era a querosene, o fogão era de lenha. (...) Luz não tinha, era só de lampião á gás ou lamparina de querosene. Nessa fazenda que a gente morava tinha uma turbina pequeninha que acendia 2 ou 3 lâmpadas dentro da casa. Você vê, em 60 anos a mudança que teve, (...) o que mudou na perspectiva das pessoas...

Pedro, 61 anos, São Manuel.

A partir das falas acima é possível compreender aquilo que Pollak (1989, p. 9) explica quando diz que a “referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade”. Halbwachs (1990) sinaliza que o entorno social carrega a marca das pessoas. Os objetos e o lugar que ocupam rememoram um modo de ser comum aos homens.

As formas dos objetos que nos cercam têm muito esta significação. Não estamos errados ao dizer que estão em torno de nós como uma sociedade muda e imóvel. Se não falam, entretanto os compreendemos, já que têm um sentido que deciframos familiarmente. [...] A estabilidade do alojamento e de seu aspecto interior impõem ao próprio grupo a imagem apaziguante de sua continuidade (HALBWACHS, 1990, p.132).

Nessa via, foi relatado:

E nossa fazenda era feita inteirinha desse jeito, todinha com cerca paraguaia, dividida inteirinha. Dois dias depois a gente foi na fazenda, ela não tinha mais cerca nenhuma, tava todinha arada. Foi uma das poucas vezes que eu vi meu pai chorando. Ele falou “Nossa, tanto trabalho pra fazer isso aqui e agora em dois dias os caras desmontaram tudo”.

Bernardo, ex-funcionário setor industrial Usina Raízen

Apesar de este entrevistado se referir a uma propriedade localizada na região de Ribeirão Preto, o processo é o mesmo: uma fazenda que se dedicava a outro cultivo e que depois de arrendada para produção de cana de açúcar teve sua estrutura derrubada. Não se trata apenas da estrutura física em si, mas tudo o que ela representa - o trabalho de construção daquilo, é a vivência de uma prática cotidiana que é colocada abaixo. Bosi (1987, p.35) fala: “destruirão amanhã o que construímos hoje”. Na sociedade na qual vivemos, o sentimento de continuidade é retirado das pessoas.

Pollak (1992) aponta que a memória é um elemento constitutivo da identidade social. Isso justamente por ser um fator de importância no sentimento de coerência e continuidade das pessoas ou grupos na reconstrução de si mesmos. No município de Pratânia, vizinho a São Manuel, a tradição rural permaneceu na família dos entrevistados, principalmente, pois todos continuaram a se dedicar à produção agrícola. Essa família fundou uma associação de produtores rurais na região, como forma de organizar a produção rural e resistir aos avanços da cana. Houve no final da década de 1990 um abandono em toda a região das áreas destinadas ao arrendamento por parte das usinas, o que fez com que os pequenos proprietários buscassem vias alternativas de manutenção da propriedade. Neste período houve uma crise no setor sucroalcooleiro, que repercutiu sobre os proprietários arrendadores.

Em 1997, 1998, 1999 as usinas estavam devolvendo essas áreas de cana, onde o produtor tinha arrendado a área total. Eles [os proprietários] não tinham condição de colocar cerca sequer em volta da propriedade, porque o dinheiro do arrendamento eles tinham gasto com a subsistência da família. Aí se encontraram com as terras extremamente exploradas, sem mais condição nenhuma de produzir se não fosse novamente investido um capital grande [...] Não tinham condição de voltar pra propriedade. [...] Algumas propriedades começaram a ficar abandonadas. Aí alguns proprietários que conseguiram pegar essas áreas de graça, só pra limpar, e

começaram a colocar soja nessas áreas, o milho nessa época foi uma boa parte também. Aí de novo começou a se reerguer. (...)

Lucas, produtor rural, presidente da Associação Rural de Pratânia, gerente comercial da cooperativa de café COOPERPRATA. Ex-arrendador Usina São Manuel.

Para evitar que suas propriedades ficassem abandonadas, os proprietários que já não residiam mais nas fazendas disponibilizaram suas terras para que terceiros as utilizassem. Neste caso, não se tratou de novo contrato para o uso da terra, já que muitas vezes não se realizava nem o pagamento para o uso deste solo. Essa estratégia apareceu como forma de manter a propriedade ativa de alguma forma. Acredita-se que não se trata apenas da manutenção da terra em si, mas da própria memória circunscrita naquele espaço. O que persiste não é apenas a construção em si, mas o próprio grupo que está e contato com aquele espaço e que confunde a própria vida com esse espaço (HALBWACHS, 1990). Alguns elementos fazem parte da própria essência das pessoas. (POLLAK, 1992).

O que se sucede é que a incapacidade de manutenção econômica da propriedade resulta numa incapacidade de manutenção da própria vida cotidiana. Entende-se que a subordinação da agricultura ao capital reorganiza a lógica das pequenas produções. Justamente por não dispor de capital que os pequenos proprietários têm que optar entre o abandono de suas terras ou o arrendamento (WANDERLEY, 1985). Neste sentido, o arrendamento, nos moldes que é colocado em São Manuel e em Barra Bonita, representa a perda dos marcos de memória, e conseqüentemente da própria identidade social.

Existem ainda aqueles que continuaram residindo nas propriedades, que fizeram um arrendaram parcial. No caso desses, foi questionado se sentiam falta de autonomia dentro de suas terras. Para muitos, a perda da liberdade na própria fazenda aparece como algo natural.

Desde que a gente arrenda a gente não faz mais nada na terra não. Eles que fazem...

Entrevistadora: Mas a senhora sente que isso tira sua liberdade dentro da sua propriedade?

Tânia: No fim, tirar tira, porque você não vai nesse lugar, mas não tem tanta diferença não, porque se a gente arrendou é porque a gente acha difícil de cuidar né.

Tânia, São Manuel.

Olha, sinceramente, a gente acha falta sim [da autonomia] porque... se fosse o caso que compensasse eu tá fazendo outra coisa, eu não teria arrendado.

Entrevistadora: Mas aí não compensa por quê?

Enrique: Não compensa por causa do rendimento...

Enrique, 64 anos, produtor rural. Arrendador Usina São Manoel.

Nos casos acima se pode notar que a perda da autonomia aparece como uma consequência inevitável do próprio arrendamento. É interessante que, apesar de todo o discurso de preservação do patrimônio, o uso e o controle sobre ele é feito pela usina, e isso aparece para os entrevistados como algo normal. Para eles se torna mais importante a garantia da renda advinda da terra do que o uso de fato da propriedade, principalmente pois eles já não tinham condições de realizar esse uso produtivo do solo. A preservação da terra, ou mesmo da casa é, acredita-se, superficial, no sentido de que está ali apenas materialmente, mas não há nenhuma liberdade do proprietário sobre a terra arrendada.

Hoje a usina tá fazendo tudo, a pessoa nem se envolve. Tá muito fácil tocar propriedade. (...) Eu nem aceitaria derrubar benfeitorias né. Tem casa antiga lá, do tempo do pai dela [da esposa], antes ainda. Cristovam, 81 anos, Barra Bonita.

A vontade de manter a propriedade revela uma tentativa de preservar a própria memória, que busca reforçar sentimentos de pertencimento, e de continuidade (POLLAK, 1989). É um passado que vem sendo ressignificado, de acordo com as gerações que estão mais próximas ou mais distantes da vivência do rural como espaço de vida.

Mas a gente não quer vender, porque era uma relíquia do meu pai e não é um sítio muito grande, tem 8 alqueires de terra. Então a gente vai cuidando. [...] Não, não vamos vender não, é coisa do pai, judiação

Paula, 74 anos, Barra Bonita

Ah, meu pai já teve milho, plantava mamona, café antigamente. Depois tirou o café pra plantar cana, foi o que todo mundo fez.

Entrevistadora: Mas e aí você tem algum plano caso essa pessoa que arrende de você não queira mais arrendar? O que fazer quando acabar esse contrato de arrendamento?

Nádia: Continuaría sendo cana porquê... Não tem outra coisa que renda... Mesmo a cana sendo ruim, você vai plantar o que? Algodão? Tem que ser cana! [...] Eu vou construir a casa no meio do canavial? [muitos risos]

Nádia, 50 anos, Barra Bonita.

Existe uma “crença” na cultura da cana de açúcar, numa certa invencibilidade da mesma. “isso é uma corrente que nunca vai acabar”, falou o sr. Beto, de 64 anos,

produtor rural a vida toda, que arrenda para a Usina São Manoel. A maioria dos demais entrevistados, quando questionados sobre o que fariam quando acabasse o período de parceria, disse que arrendariam para outras usinas. A tendência, para a maioria dos entrevistados é que a produção canavieira se mantenha estável, de forma que os pequenos produtores não poderão manter suas lavouras próprias, uma vez que a demanda por tecnologia e o custo de produção são altos.

Caio Prado Jr foi um dos autores da construção política e teórica da “questão agrária” no Brasil. Destacava duas vertentes que deveriam ser resolvidas na crise agrária: as relações injustas de trabalho no campo e a iniquidade da estrutura fundiária. Apontava a concentração de terras como um problema a ser corrigido. (DELGADO, 2001, p.159). Apesar de o latifúndio no Brasil ainda representar um entrave social, nos casos estudados há de se levar outros fatores em consideração. O que ocorre em Barra Bonita e em São Manuel, em menor escala, é a grande presença de pequenas propriedades. Então, não se trata apenas da distribuição fundiária. O que ocorre nos municípios em questão é que não é viável a manutenção de outras culturas que não a cana de açúcar. E, não é viável a manutenção da cultura de cana de açúcar por pequenos proprietários. Essa não viabilidade econômica representa também a inviabilidade da manutenção da vida cotidiana, da identidade social, da memória.

A renda fundiária aparece como uma forma de manter a existência do pequeno proprietário, que não será extinto, mas pulverizado. Seria possível afirmar que ele encontra-se submetido à lógica capitalista, mas a parceria aparece muitas vezes como uma estratégia, fruto de um cálculo de custos e benefícios. Mas, é um cálculo que resulta de uma série de fatores externos que levaram os pequenos proprietários a ter que escolher entre arrendar e manter a propriedade, vendê-la, ou mantê-la e operar sempre numa margem de prejuízo. A propriedade fundiária só aparece como subordinada ao capital, pois produz sob seus pressupostos (MARTINS, 1995).

Considerações finais

A existência dessas unidades de produção agroindustrial (Usina Raízen e Usina São Manoel) estabelece uma concentração fundiária não por posse da terra, mas por meio do uso produtivo do solo, principalmente, pois a maioria das terras é arrendada, neste caso, fruto de parceria. O que há, então, em São Manuel e em Barra Bonita - lugar onde o cenário se radicaliza - não são pequenos produtores rurais que demandam

assistência e, sim, pequenos proprietários rurais que há anos sequer moram em suas propriedades. A questão da renda fundiária advinda da produção canavieira se mostra como fator relevante neste contexto.

Destaca-se que, se há uma espoliação da terra por meio da apropriação de seu excedente por parte da usina, há também uma espoliação da própria lembrança dos proprietários, com a perda da referência material de seu passado. Por consequência, há uma espoliação da própria identidade. A memória nada mais é que a forma de encontrar o passado no presente. Não é a simples reconstituição de fatos vividos que constitui uma lembrança. É sim a reconstrução de dados e lugares comuns, partilhados por aqueles que ainda fazem parte do mesmo grupo. (HALBWACHS, 1990). Atualmente, em São Manuel e em Barra Bonita, os proprietários rurais estão pulverizados pela área urbana das cidades ou mesmo em outras cidades.

Referências bibliográficas

BESKOW, Paulo. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembranças de velhos. EDUSP, São Paulo, 1987.

CALDEIRA, Clóvis. Arrendamento rural no Brasil. **Observador Econômico e Financeiro**, Rio de Janeiro, 1950.

DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos avançados**. São Paulo, n. 43, vol 15, 2001.

FASIABEN, Maria do Carmo R. *et al.* Impacto econômico da Reserva Legal sobre diferentes tipos de unidades de produção agropecuária. **RESR**. Piracicaba, n. 04, vol. 49, out/dez. 2012.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é a questão agrária**. São Paulo: Brasileense, 1983.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Editora Vértice, São Paulo, 1990.

MARGARIDO, Luiz Antonio C. **Sistema de arrendamento de terras no setor sucroalcooleiro do Estado de São Paulo**. 1987. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Escola Superior de Agronomia “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1995.

Martins 95

MARTINS, Rodrigo. C. Representações sociais, instituições e conflitos na gestão de águas em territórios rurais. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 08, n. 15, jan/jun 2006.

MORAES, A.C.R.; COSTA, W.M. **A valorização do espaço**. São Paulo. Hucitec, 1984.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol 5, n. 10. 1992.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Editora Brasiliense, São Paulo. 1994.

RAMOS, Pedro. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

WANDERLEY, Maria. Nazareth. B. O camponês, um trabalhador para o capital. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v.2, n.2, jan-abr, 1985.